

Liga acadêmica de enfermagem em saúde da mulher: relato de experiência em uma cadeia feminina

Academic league of nursing in women's health: experience report in a women's chain

Fernanda Vitória Granja Oliveira¹
Marcia Karelly Granja Brito Macêdo²
Vitória Marina Soares Bruno³
Kalliny Mirella Gonçalves Barbosa⁴

RESUMO

A atuação das ligas acadêmicas constitui uma importante estratégia para a articulação teórico-prática e, no campo da saúde, corrobora para o desenvolvimento de habilidades e competências direcionadas para o cuidado em integral, humanizado e acolhedor, que compreenda o contexto em que os indivíduos estão inseridos e a produção social do processo saúde-doença. O objetivo deste trabalho é relatar a experiência de estudantes de enfermagem que compõem uma liga acadêmica vinculada a uma faculdade privada de Petrolina, Pernambuco. Trata-se de um estudo descritivo, de abordagem qualitativa, do tipo relato de experiência, oriundo da vivência das acadêmicas com as mulheres da Cadeia Pública Feminina de Petrolina/PE. As atividades desenvolvidas concentraram-se na escuta qualificada e na educação em saúde como as principais ferramentas de aproximação e garantia do cuidado holístico às mulheres em situação de cárcere. Percebeu-se que a saúde no cárcere é atravessada por múltiplas questões que limitam o acesso e corroboram para o distanciamento das mulheres em reclusão das garantias do Sistema Único de Saúde. Dessa maneira, as contribuições da experiência repercutiram tanto na formação crítica-reflexiva dos acadêmicos, quanto no acolhimento das demandas das mulheres em situação de cárcere, fato que aponta para a relevância social das atividades extramuros.

Palavras-chave: Educação em Enfermagem. Ensino. Relações Comunidade-Instituição. Prisões.

ABSTRACT

The performance of academic leagues constitutes an important strategy for theoretical-practical articulation and, in the health field, it supports the development of skills and competencies aimed at comprehensive, humanized and welcoming care that understands the context in which

¹ Graduanda de Enfermagem na Faculdade Uninassau Petrolina, Pernambuco, Brasil; membro da Liga de Enfermagem em Saúde da Mulher / Undergraduate degree student in Nursing, Uninassau Faculty, State of Pernambuco, Brazil; member of the Women's Health Nursing League (fernandagranja@outlook.com.br).

² Graduanda de Enfermagem na Faculdade Uninassau Petrolina, Pernambuco, Brasil; membro da Liga de Enfermagem em Saúde da Mulher / Undergraduate degree student in Nursing, Uninassau Faculty, State of Pernambuco, Brazil; member of the Women's Health Nursing League (MrKarelly@gmail.com).

³ Graduanda de Enfermagem na Faculdade Uninassau Petrolina, Pernambuco, Brasil; membro da Liga de Enfermagem em Saúde da Mulher / Undergraduate degree student in Nursing, Uninassau Faculty, State of Pernambuco, Brazil; member of the Women's Health Nursing League (vitoriamarina16@gmail.com).

⁴ Doutoranda em Saúde Coletiva na Universidade Estadual de Feira de Santana, Bahia, Brasil; enfermeira voluntária e preceptora; membro do Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva (NESCO/CNPq) e do Núcleo de Pesquisa Integrada em Saúde Coletiva (NUPISC) / PhD student in Public Health, State University of Feira de Santana, State of Bahia, Brazil; volunteer nurse and preceptor; member of the Center for Studies in Public Health (NESCO/CNPq) and the Center for Integrated Research in Public Health (NUPISC) (kamirely64@gmail.com).

individuals are in, and the social production of the health-disease process. This work aims to report the experience of nursing degree students who take part in an academic league linked to a private college in Petrolina, Pernambuco. This is a descriptive study, with a qualitative approach, of an experience report type, arising from the experiences of academics with women at the Women's Public Prison in Petrolina. The activities developed focused on qualified listening and health education as the main tools for approaching and guaranteeing holistic care for women in prison. It was noticed that health in prison is crossed by multiple issues that limit access and corroborate the distancing of women in prison from the guarantees of the Brazilian Unified Health System. In this way, the contributions of the experience had an impact on the critical-reflective training of academics, as well as meeting the demands of women in prison, a fact that points to the social relevance of extramural activities.

Keywords: Nursing Education. Teaching. Community-Institutional Relations. Prisons.

INTRODUÇÃO

As ligas acadêmicas são consideradas importantes ferramentas para a efetividade da tríade ensino, pesquisa e extensão. Nesse contexto, se caracterizam por proporcionar transformações na produção do conhecimento dos discentes, além de promover um processo de ensino-aprendizagem baseado na realidade e nas necessidades da comunidade, tendo em vista a responsabilidade social das universidades e a aproximação do estudante com uma diversidade de cenários extramuros que permitem, inclusive, suprir as lacunas deixadas pelo ensino (Araújo *et al.*, 2019).

No campo da saúde, a proposta de envolver discentes, docentes e comunidade nesse processo colaborativo de aprendizagem ainda possibilita o desenvolvimento de habilidades e competências direcionadas para o cuidado integral e holístico, considerando os determinantes e condicionantes da saúde, de forma a buscar estratégias de melhoria da qualidade de vida das pessoas (Pontes *et al.*, 2023). Com isso, as ligas acadêmicas, formadas por um grupo de estudantes, possuem o objetivo de aprofundar os conhecimentos a partir da imersão e prática em diferentes cenários de ensino-aprendizagem em que os ligantes podem explorar suas ideias, executar o que é ensinado na instituição de ensino e ser sujeito ativo na elaboração de planos de cuidado em contextos diversos, contribuindo para o seu amadurecimento pessoal e profissional (Bendelaque, 2019).

Nessa perspectiva, os projetos desenvolvidos pelas ligas acadêmicas geram, direta ou indiretamente, impactos positivos a todos os envolvidos, fato que é evidenciado por Dias *et al.* (2016) junto a Pinheiro e Narciso (2022), uma vez que definiram as práticas de extensão como uma via de mão dupla, visto que as ações planejadas asseguram à comunidade acadêmica a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento estruturado por meio das vivências

na sociedade, ao mesmo passo em que os usuários participantes são beneficiados com discussões e intervenções realizadas pelo grupo.

Ademais, as experiências multidisciplinares, interdisciplinares, intersetoriais e interprofissionais repercutem na formação de profissionais da saúde, considerando a relevância de aproximar os discentes das realidades de saúde e dos afetamentos causados pelas condições sociais, econômicas, políticas e culturais, a fim de compreender as interseccionalidades do cuidado em saúde (Cavalcante *et al.*, 2018).

A partir disso, as ligas acadêmicas respondem às necessidades de uma formação embasada em um modelo integrado e contextualizado, assumindo um papel que permite um olhar crítico-reflexivo sobre os cenários de atuação, transcendendo o modelo biomédico e reconhecendo as ações de prevenção, promoção, proteção e reabilitação como fulcrais para a garantia da integralidade da atenção (Bueno *et al.*, 2023). Isso porque, os membros da liga, por meio das atividades didáticas e científicas, associam as situações vistas nas práticas e as confrontam com a literatura, buscando ampliar as discussões e as reflexões sobre o assunto, bem como questionar as disparidades observadas e a sua atuação enquanto futuro profissional (Araújo *et al.*, 2019; Barbosa *et al.*; 2020; Silva *et al.*, 2020).

Tais situações são visualizadas de forma mais intensa em espaços socialmente vulnerabilizados, nos quais a produção do cuidado de saúde perpassa por diferentes atravessamentos que implicam no processo saúde-doença das pessoas envolvidas. À vista disso, as unidades prisionais brasileiras são marcadas pelo elevado grau de iniquidades e de vulnerabilidades em saúde que as configuram como um ambiente transgressor de direitos em função da insalubridade a que as pessoas estão expostas e pela negligência às garantias postas na Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade (PNAISP) (Soares Filho; Bueno, 2016).

Nesse sentido, as mulheres em situação de cárcere sofrem multiplamente com as tensões imbricadas no contexto em que estão inseridas, tendo em vista as necessidades do corpo feminino que são majoritariamente esquecidas nos sistemas prisionais e o enfrentamento da separação de sua rede de apoio socioafetiva devido a prisão (Klanovicz; Bugaí, 2019). Tais situações afetam a saúde das mulheres e justificam a importância de uma atenção holística nos espaços prisionais, considerando, as implicações de gênero, as demandas reprimidas e as prerrogativas do Sistema Único de Saúde (SUS) (Barbosa *et al.*, 2020).

Sendo assim, a atuação da Liga Acadêmica de Enfermagem em Saúde da Mulher (LAESM), no contexto prisional, permitiu a identificação das principais necessidades em saúde das mulheres, a partir da escuta e da construção do vínculo com as pessoas que estavam em

cumprimento de pena em regime fechado. Tal questão evidencia a relevância da atuação dos discentes nesse espaço, tendo em vista que as lacunas da atenção à saúde no ambiente carcerário feminino e as tensões relacionadas ao autocuidado reverberam sobre a necessidade da integração entre a instituição de ensino, os serviços de saúde e a unidade prisional para a promoção de ações que busquem melhorar a qualidade de vida das mulheres.

Destaca-se que o objetivo deste trabalho é relatar a experiência de atuação de estudantes de enfermagem que compõem uma liga acadêmica de saúde da mulher vinculada a uma faculdade de Petrolina/PE.

METODOLOGIA

Este estudo possui caráter descritivo, qualitativo, do tipo relato de experiência, que busca apresentar as vivências de um grupo de estudantes do curso de enfermagem de uma faculdade privada de Petrolina/PE, a partir da atuação da LAESM em uma cadeia feminina. Na abordagem qualitativa, Minayo (2004) reitera a importância de considerar o sujeito participante como pertencente a um grupo ou classe social que carrega as suas crenças, seus valores e os seus significados, emergindo a necessidade de conhecê-lo com base na descrição da experiência humana de tal forma como é vivida e apresentada pelos participantes (Minayo, 2004).

O cenário de atuação foi a Cadeia Pública Feminina de Petrolina (CPFP), uma unidade prisional que, até o fim da prática (março/2023), possuía 31 mulheres em situação de privação de liberdade, das quais duas estavam gestantes e ainda não tinha iniciado as consultas de pré-natal.

Destaca-se que, pela PNAISP, a assistência à população privada de liberdade é assegurada por meio das Equipes de Atenção à Saúde no Sistema Penitenciário (eAPP), de forma a garantir o acesso a todos os serviços das diversas Redes de Atenção à Saúde (RAS). Contudo, para que a unidade prisional seja elegível de uma eAPP em seu interior é necessário que contenham mais de 300 (trezentos) custodiados, caso contrário, as pessoas deverão ser acolhidas pelo serviço de saúde da sua área de abrangência (Brasil, 2021).

Tal fato justifica a ausência das consultas pré-natais das gestantes e expõe o ambiente prisional como um cenário vulnerabilizado que se apresenta como um campo de práticas de ensino, pesquisa e extensão. As atividades desenvolvidas pela LAESM ocorreram entre os meses de maio e junho de 2023, em 10 encontros realizados nas quartas e sextas-feiras nos espaços disponíveis para realizar tais atividades, sendo as mulheres atendidas de acordo com a disponibilidade delas e com a programação da CPFP. Posto isso, em cada encontro só foi

possível acolher, no máximo, duas mulheres, individualmente e, se necessário fosse, a pessoa era convidada nos próximos encontros. Ademais, nesses encontros, as ligantes reconheceram a necessidade de utilizar o espaço de interação coletiva, o pátio, para a realização de atividades de educação em saúde.

No que concerne aos momentos individuais, estes eram destinados a escuta ativa e qualificada das demandas das mulheres da CPFP, fato que permitiu a resolução de diversas queixas reprimidas pela dificuldade de acessar os serviços de saúde externos. Ressalta-se que anterior ao início das ações, realizou-se uma visita de aproximação com o espaço, mediado pela docente e pelos funcionários da instituição, para que as acadêmicas identificassem as condições do local que influenciavam na situação de saúde das internas e se apresentassem às mulheres para o estreitamento dos vínculos, viabilizando a adesão aos encontros proporcionados pela liga.

As ações da LAESM foram direcionadas e acompanhadas pela docente orientadora da liga, sendo o planejamento das visitas organizado previamente pelo grupo, de modo a elucidar as dúvidas e a condução das atividades diante das mulheres. A organização considerou o cenário de vulnerabilidade em que a atividade estava sendo desenvolvida e o público participante, propondo ações de educação em saúde, consulta pré-natal e apoio emocional a partir da escuta ativa diante dos atravessamentos vivenciados pelas mulheres no cárcere. Todas as abordagens buscaram minimizar a tensão da prisão, garantindo o conforto e acolhimento às mulheres, além de recorrerem à ludicidade e à linguagem simples para facilitar a comunicação.

Destaca-se que este trabalho retrata a experiência de estudantes de uma liga acadêmica no processo de extensão sem finalidade de pesquisa científica, fato que desconsidera a necessidade de sua submissão ao Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O projeto que institui a LAESM está vinculado às normas da instituição de ensino, contendo as finalidades, os objetivos e as responsabilidades dos membros de forma a garantir o seguimento das atividades e atuação em diferentes contextos.

Nessa perspectiva, ao proporcionar experiências extramuros, a participação na liga permitiu a compreensão e associação teórico-prática a partir da imersão em um contexto de intensa vulnerabilidade e que exige o desenvolvimento de habilidades pelos profissionais para lidarem com os desafios impostos pelo próprio ambiente ao mesmo passo em que buscam assegurar a qualidade do acesso à saúde pelas mulheres em situação de cárcere. No que tange à

reflexão sobre a atuação do profissional enfermeiro, percebeu-se que a consolidação do vínculo é uma ferramenta fulcral para o estabelecimento da confiança, acolhimento e cuidado.

Tal evidência desencadeia a reflexão quanto às condições de saúde e produção do cuidado das mulheres em situação de cárcere na CFP. Isso porque não foi identificada aproximação da equipe de Saúde da Família (eSF) do território em que a cadeia está situada, ficando a continuidade do cuidado dessas mulheres sob responsabilidade das atividades de extensão de grupos de discentes das instituições de ensino superior e/ou dos serviços extramuros em caso de urgências e emergências.

O distanciamento entre o ambiente prisional e a Unidade de Saúde da Família (USF) produz impactos no que concerne a garantia da promoção, proteção e recuperação da saúde. O fato de não conhecer o cenário em que as mulheres convivem cotidianamente é negar a produção social do processo saúde-doença e, conseqüentemente, agir de forma superficial sem alcançar todos os fatores que estão contribuindo para a realidade de saúde daquela coletividade. É nesse sentido que Pinheiro e Pereira (2022) apontam que a atuação do profissional centrada no desconhecimento dos determinantes sociais de saúde do sujeito, família ou coletividade, resgata o modelo biomédico pautado somente na doença com o viés curativista.

Nessa lógica, a oportunidade estendida às ligantes de conhecer o ambiente prisional, as pessoas, as condições de saúde das mulheres e as relações estabelecidas, provoca a inquietação sobre a cisão entre o que está posto na prática e o que a teoria, em forma de lei, políticas e decretos, expõe como direitos das pessoas em situação de cárcere. A exemplo disso, tem-se as divergências visualizadas quanto ao que está assegurado na PNAISP, esta que tem como objetivo garantir as ações e serviços do SUS às pessoas que se encontram em situação de cárcere, tendo em vista que o único direito privado é a liberdade. Contudo, as condições de permanência no cárcere rompem com o mínimo necessário para a manutenção da dignidade humana, sendo as pessoas expostas a espaços insalubres, hostis e indignificantes, o que reverbera, direto ou indiretamente, na condição de saúde dessas pessoas (Batista, 2021).

Durante os encontros percebeu-se a participação das próprias mulheres na dinâmica de trabalho da unidade prisional, fato que contribui para a minimização dos efeitos da rotina atrás das grades, bem como contribui com a redução da pena. O trabalho das mulheres na CFP concentrava-se na divisão de tarefas do setor de limpeza, de saúde e da administração da cadeia, sendo observado que o desempenho destas atividades garantia certa autonomia no gerenciamento do cuidado das mulheres no cárcere. A remissão pelo desenvolvimento de atividades laborais no cárcere é esclarecida pela Lei de Execução Penal (LEP) de 1984, que define a redução de um dia da pena a cada três dias trabalhados em uma rotina que tenha no

mínimo seis e no máximo oito horas trabalhadas diariamente (Brasil, 1984; Vieira; Stadtlober, 2020).

Ademais, os encontros das estudantes vinculadas à LAESM eram centrados na escuta ativa e qualificada, sendo possível perceber que a recepção das mulheres era justificada pela necessidade de terem as suas demandas atendidas e suas histórias compartilhadas. Nesse sentido, os olhares e comportamentos ansiosos no momento em que eram convidadas pelas estudantes, apontam que as mulheres reconhecem a conjuntura como oportuna para desabafar sobre as suas emoções, conversar e descontraír do cotidiano vivenciado no cárcere. Apesar de todas estarem compartilhando o mesmo espaço por terem transgredido as normas sociais, cada mulher possui suas particularidades, contextos familiares diferentes e estratégias de enfrentamento distintas, uma vez que o espaço carcerário exige novas maneiras de se (re)organizar para o convívio coletivo (Santos *et al.*, 2023).

A escuta ativa e qualificada possibilita inúmeras trocas entre os envolvidos, facilitando a construção e compreensão do lugar de fala. Nessa abordagem, o processo de escuta é atravessado por diferentes questões que conectam as pessoas que participam efetivamente do processo de comunicação, produzido efeitos ainda mais significativos sobre a construção do lugar de fala das mulheres participantes considerando as dificuldades enfrentadas, o contexto em que estão inseridas e a precarização estatal dos seus direitos (Santos; Alves; Castelar, 2021). No que tange às circunstâncias que conectam as acadêmicas às mulheres no cárcere, são, sobretudo, as questões de gênero e raça que atravessam as experiências, tendo em vista as disparidades sociais e a tentativa constante de apagamento do corpo feminino.

Destaca-se que das dez mulheres que passaram pelas estudantes da LAESM, com apenas duas notou-se certa dificuldade para o estabelecimento do vínculo e seguimento da comunicação, mas com todas as outras a interação fluiu desde o princípio, as quais relataram, inclusive, que se sentiram seguras e agradecidas por participar da experiência. É precisamente nesses momentos que as iniciativas de extensão são reconhecidas como uma prática promissora e indispensável tanto pelo aprimoramento acadêmico quanto pelos impactos sociais nos grupos participantes das atividades. Sobre a dificuldade de comunicação com duas participantes, as estudantes juntamente com a professora orientadora recorreram a estratégias com questões disparadoras para a participante compartilhar suas necessidades e histórias, compreendendo que a presença das acadêmicas estava desincumbida de julgamentos e pré-conceitos.

As contribuições que as atividades de extensão desempenham correspondem ao compromisso social que as instituições de ensino superior possuem diante do processo de formação de novos profissionais. Tais questões se tornam ainda mais significativas quando

envolvem populações socialmente vulnerabilizadas, pois requerem maior concentração na tentativa de se aproximar do cenário considerando o histórico de difícil acesso ao cuidado holístico, acolhedor, humanizado e destituído de crenças pessoais (Oliveira; Andrade; Lima, 2020; Vital *et al.*, 2023).

A escuta ativa e qualificada também permitiu sanar queixas e realizar encaminhamentos por escrito de acordo com a necessidade e nível de atenção requerido para a resolutividade da demanda. Além disso, considerando que no momento das práticas havia duas gestantes na CPF, as estudantes da LAESM realizaram consultas de pré-natal em um espaço adaptado, tendo em vista que o ambulatório da unidade prisional estava em reforma e tal condição não se configurava como impedimento para a realização da entrevista e exame físico de qualidade.

Nesse sentido, a consulta de pré-natal foi realizada na sala de administração da cadeia, onde estava, inclusive, o cartão de gestante das mulheres e, no exame físico, o grupo e a gestante foram conduzidos à cela das mulheres para identificar a apresentação fetal, os batimentos cardíacos (BCF) e a altura uterina. Ao avaliar o acompanhamento pré-natal, foi percebido que ambas as gestantes estavam sendo acompanhadas pela ESF da USF de adscrição do território em que a cadeia está localizada e as consultas eram realizadas extramuros, fato que expõe as mulheres à dependência da logística da unidade prisional, disponibilidade de viaturas e de escolta suficiente para levá-las a unidade de saúde. Tal condição reverbera sobre o acesso das mulheres aos cuidados de saúde, uma vez que as estudantes notaram a descontinuidade das consultas no cartão da gestante e a justificativa das participantes se refere ao fato de não ter recursos humanos suficientes para operacionalizar o transporte até a USF.

A partir disso é importante destacar a relevância das consultas de pré-natal para um aumento da saúde materna-infantil, prevenção de complicações e melhor desenvolvimento fetal, promovendo uma atenção humanizada e qualificada ao longo do processo da gestação para que se garanta um desfecho saudável e o bem-estar do binômio mãe-bebê. Nessa perspectiva, a captação precoce e a continuidade das consultas são estratégias fulcrais para que seja possível a prevenção e/ou detecção precoce de fatores de risco tanto para a saúde materna como fetal, contribuindo para um desenvolvimento saudável e redução dos índices de morbimortalidade materna e infantil (Brasil, 2012; Carneiro *et al.*, 2022).

Dessa maneira, as atividades desenvolvidas pelas acadêmicas concentraram-se na escuta qualificada como principal ferramenta de aproximação do cenário de prática da liga, condição que permitiu a reflexão sobre o papel do enfermeiro no contexto carcerário e a necessidade de constante adaptação para garantir o acesso das mulheres em situação de cárcere ao cuidado em saúde. Isso porque, os desafios transversalizados pelas próprias condições do

encarceramento reverberaram sobre as estratégias planejadas pelas ligantes, tendo em vista que foi necessário realizar adequações das atividades considerando a escolaridade da mulher, o espaço da unidade prisional em que ocorreu o encontro e as demandas que eram relatadas.

Destaca-se que na oportunidade de abordar o grupo de mulheres no pátio durante o banho de sol, as acadêmicas recorreram também à educação em saúde para incentivar o autocuidado no cárcere e reiterar a importância de seguir as orientações propostas para o convívio no cárcere. As demandas levantadas pelo grupo foram todas repassadas para a administração da cadeia com o objetivo de assegurar o seguimento das mulheres nas redes de atenção do SUS, priorizando a promoção de saúde e prevenção de agravos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As práticas extramuros são significativamente impactantes no processo de ensino e aprendizagem, sustentando o tripé acadêmico baseado na articulação entre a pesquisa, o ensino e a extensão. Nesse contexto, as ligas acadêmicas constituem um importante recurso de aprofundamento teórico-prático, além de permitir a formação crítica e reflexiva diante dos cenários que ultrapassam a experiência dentro dos muros da faculdade. Enquanto acadêmicas do curso de enfermagem, a aproximação com a população carcerária permitiu o afetamento e a mobilização diante das circunstâncias que determinam o processo saúde-doença das mulheres em reclusão na CPFP, impactando na formação e atuação das futuras enfermeiras.

A atuação da LAESM representou a possibilidade de acesso ao cuidado no cárcere por meio da escuta ativa e qualificada, ferramenta de baixa densidade tecnológica e que se apresentou relevante para assegurar o direito à saúde às mulheres em situação de cárcere. No entanto, é percebido que a unidade prisional não dispõe de um espaço reservado para esse momento, fato que foi um limitador para o desenvolvimento das atividades da LAESM e que reverbera na dificuldade do seguimento da comunicação com as mulheres envolvidas pela possibilidade de interrupção da conversa com a aproximação de outras pessoas. Nessa lógica, diante das observações realizadas durante a experiência das acadêmicas, urge a necessidade de criar espaços ampliados para a promoção da escuta individual e coletiva das mulheres na CPFP, de forma a garantir a privacidade e o sigilo da informação, além de contribuir para as atividades que podem implicar no cuidado em saúde das mulheres em situação de cárcere.

As atividades desenvolvidas pela liga estão direcionadas para o cuidado integral, holístico e humanizado, buscando assegurar os princípios do SUS reforçados pela PNAISP para o desenvolvimento de ações focadas na promoção de saúde e prevenção de doenças e agravos.

Com isso, experiência possibilitou às acadêmicas não apenas a imersão física em um espaço de pessoas socialmente vulnerabilizadas, mas também uma reflexão crítica sobre o acesso à saúde e a atuação dos profissionais que são responsáveis pelo cuidado dessas mulheres, sendo percebido os principais desafios para a garantia da universalidade, integralidade e equidade no contexto carcerário.

Desse modo, acessar o espaço de uma unidade prisional feminina para a promoção de saúde fez emergir sensações diversas que tangenciavam o contentamento por contribuir com a melhora da qualidade de vida das mulheres, ao mesmo passo em que se refletia sobre o distanciamento dos serviços de saúde que ratifica o apagamento desse grupo social e a intensificação das iniquidades em saúde. Destaca-se que a própria infraestrutura carcerária retroalimenta tais disparidades, sendo, inclusive, a principal limitação para a realização deste estudo, considerando os desafios enfrentados e as adaptações necessárias para a continuidade dos encontros.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. R. C. *et al.* Contribuição das ligas acadêmicas para formação em enfermagem. **Enfermagem em foco**, Brasília, DF, v. 10, n. 6, p. 137-142, 2019. DOI 10.21675/2357-707X.2019.v10.n6.2802. Disponível em: <http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/2802>. Acesso em: 20 out. 2023.

BARBOSA, K. M. G. *et al.* Abordando a hanseníase: relato de experiência no cenário de uma cadeia pública feminina. **Extramuros**, Juazeiro, v. 8, n. 1, p. 4-15, 2020. Disponível em: <https://www.periodicos.univasf.edu.br/index.php/extramuros/article/view/1036>. Acesso em:

BATISTA, R. R. G. Sistema prisional feminino a realidade da mulher no cárcere. **Revista Científica Multidisciplinar O Saber**, Mongaguá, v. 1, n. 5, p. 35-42 2021. DOI 10.51473/rcmos.v1i5.2021.90. Disponível em: <https://submissoesrevistacientificaosaber.com/index.php/rcmos/article/view/90>. Acesso em: 20 out. 2023.

BENDELAQUE, D. F. R. *et al.* Contribuição da liga acadêmica na formação e produção de conhecimento em saúde do idoso. **Brazilian Journal of Health Review**, São José dos Pinhais, v. 2, n. 4, p. 3774-3781, 2019. DOI 10.34119/bjhrv2n4-138. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/2718>. Acesso em: 22 out. 2023.

BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de execução penal. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 de jul. 1984. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm. Acesso em: 20 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Atenção ao pré-natal de baixo risco**. Brasília, DF: Editora do Ministério da Saúde, 2012.

BRASIL. Portaria GM/MS nº 2.298, de 9 de setembro de 2021. Dispõe sobre as normas para a operacionalização da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP), no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). **Diário Oficial da União**, Poder executivo, Brasília, DF, 9 set. 2021.

BUENO, R. *et al.* Liga acadêmica de enfermagem em saúde coletiva: relato de experiência. **Revista Científica Saúde Global**, Paranaíba, v. 1, n. 1, p. 1-5, 2023. DOI 10.33872/saudeglobal.v1.ligaacademica. Disponível em: <https://revista.unifatecie.edu.br/index.php/saudeglobal/article/view/145>. Acesso em: 20 out. 2023.

CARNEIRO, A. B. F. *et al.* A importância do pré-natal na prevenção de complicações durante a gestação. **ReBIS**, Brasília, DF, v. 4, n. 4, 2022. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://revista.rebis.com.br/index.php/revistarebis/article/view/271&ved=2ahUKEwj6hZiEjKqJAXUFpZUCHfWeM4EQFnoECA4QAQ&usg=AOvVaw01R_r02FSOfQ2izyP9R5o3. Acesso em: 20 out. 2023.

CAVALCANTE, A. S. P. *et al.* As Ligas Acadêmicas na Área da Saúde: Lacunas do Conhecimento na Produção Científica Brasileira. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Brasília, DF, v. 42, n. 1, p. 197-204, 2018. DOI 10.1590/1981-52712018v42n1RB20170081. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/k7qRfT6dmKPXk4Rx49TVBQw/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 out. 2023.

DIAS, E. G. *et al.* Implantação de uma comissão de extensão em uma instituição de ensino superior privada. **Revista Saúde e Desenvolvimento**, Curitiba, v. 9, n. 5, p. 20-36, 2016. Disponível em: <https://www.revistasuninter.com/revistasauade/index.php/saudeDesenvolvimento/article/view/540>. Acesso em: 20 out. 2023.

KLANOVICZ, L. R. F.; BUGÁÍ, F. A. Mulheres no cárcere: a estrutura do sistema prisional e a construção do gênero no Brasil. **História & Perspectiva**, Uberlândia, v. 31, n. 59, p. 80-97, 2019. DOI 10.14393/HeP-v31n59p80-97. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/41632>. Acesso em: 20 out. 2023.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

OLIVEIRA, E. N.; ANDRADE, C. S. G.; LIMA, L. M. C. A liga interdisciplinar em saúde mental e suas contribuições em tempos de COVID-19. **Rev. Bras. Psico. e Educ.**, Araraquara, v. 22, n. 2, p. 410-423, 2020. DOI 10.30715/doxa.v22i2.14171. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/doxa/article/view/14171>. Acesso em: 23 out. 2023.

PINHEIRO, J. V.; NARCISO, C. S. A importância da inserção de atividades de extensão universitária para o desenvolvimento profissional. **Extensão & Sociedade**, Natal, v. 14, n. 2, p. 56-68, 2022. DOI 10.21680/2178-6054.2022v14n2ID28993. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/extensaoesociedade/article/view/28993>. Acesso em: 25 out. 2023.

PINHEIRO, M. K.; PEREIRA, E. M. Atualidade e desafios da Reforma Sanitária: um estudo a partir da equipe da Estratégia de Saúde da Família no município de Iguatu/CE. **Serviço Social & Saúde**, Campinas, v. 21, p. 1-18, 2022. DOI 10.20396/sss.v21i00.8657547. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8657547>. Acesso em: 25 out. 2023.

PONTES, B. F. *et al.* Liga acadêmica de saúde da mulher: Empoderamento feminino, promoção de saúde e qualificação profissional. **Research, Society and Development**, Vargem Grande Paulista, v. 12, n. 9, p. 1-7, 2023. DOI 10.33448/rsd-v12i9.43250. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/374181603_Liga_academica_de_saude_da_mulher_Empoderamento_feminino_promocao_de_saude_e_qualificacao_profissional. Acesso em: 23 out. 2023.

SANTOS, E. *et al.* Mulheres em cárcere: gênero, a oração de cada dia e saúde mental. **Psicologia, Saúde & Doenças**, Lisboa, v. 24, n. 1, p. 1031-1042, 2023. DOI 10.15309/23psd240133. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/373077268_WOMEN_IN_PRISON_GENDER_DAILY_PRAYER_AND_MENTAL_HEALTH. Acesso em: 23 out. 2024.

SANTOS, L. R.; ALVES, A. B.; CASTELAR, M. A construção do lugar de escuta e lugar de fala por uma facilitadora de rodas de pacificação em uma penitenciária feminina. **Investigação Qualitativa em Saúde: Avanços e Desafios**, [s. l.], v. 8, p. 848-855, 2021. DOI 10.36367/ntqr.8.2021.848-855. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://publi.ludo.media.org/index.php/ntqr/article/download/482/479/762&ved=2ahUKEwjD9Ynvn6qJAxV4qJUCHUHJDL8QFnoECBgQAQ&usq=AOvVaw0-C-y-kK10MtWg8h8Eqzwh>. Acesso em: 23 out. 2023.

SILVA, M. A. *et al.* Ensino de enfermagem: criação de uma liga acadêmica para ensino de urgência e emergência. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, Vargem Grande Paulista, v. 9, n. 10, p. 1-13, 2020. DOI 10.33448/rsd-v9i10.8690. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/8690>. Acesso em: 23 out. 2023.

SOARES FILHO, M. M.; BUENO, P. M. M. G. Demografia, vulnerabilidades e direito à saúde da população prisional brasileira. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 7, p. 1999-2010, 2016. DOI 10.1590/1413-81232015217.24102015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/MztrXvhhdHyWD8GNn8hft4h/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 23 out. 2023.

VIEIRA, G. R.; STADTLOBER, C. S. O trabalho no cárcere feminino. **Prâksis**, Novo Hamburgo, v. 1, p. 76-101, 2020. DOI 10.25112/rpr.v1i0.2071. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistapraksis/article/view/2071>. Acesso em: 23 out. 2023.

VITAL, I. A. *et al.* Relato de experiência: uma visão holística e comparativa de ações educativas realizadas pela enfermagem. **Em Extensão**, Uberlândia, v. 22, n. 2, p. 160-169, 2023. DOI 10.14393/REE-v22n22023-69912. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/69912>. Acesso em: 25 out. 2023.

Submetido em 28 de abril de 2024.

Aprovado em 12 de junho de 2024.